



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI

LEI Nº 479/2020

"Fixa os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Catuji/MG para o período da legislatura de 2021 a 2024 e dá providências".

A Câmara Municipal de Catuji – MG, no uso de suas atribuições legais, em especial aos dispositivos dos artigos 29, 29-A, 37 da Constituição Federal, por seus representantes legais, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Catuji/MG, para a Legislatura de 2021 a 2024, fica fixado em parcela única, no valor de **R\$ 3.800,00** (Três mil e oitocentos reais).

§1º – A percepção do subsídio está condicionada ao comparecimento do vereador às Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara.

§2º – Será considerado presente à Sessão, o vereador que assinar a folha de presença no início da Sessão, que participar da votação das proposições constantes da pauta e permanecer no Plenário até o encerramento da Ordem do Dia.

§3º – O Vereador que não comparecer às Sessões a que se refere o §1º, deverá apresentar justificativa à Mesa Diretora, caso contrário terá um desconto equivalente a **10%** (dez por cento) do seu subsídio mensal, para cada ausência.

Art. 2º - Não haverá distinção do valor do subsídio do Vereador no exercício das funções de Presidente da Câmara Municipal de Catuji/MG.

§1º - A licença do Vereador, por motivo de doença, desde que comprovada na forma regimental, será integralmente remunerada.

§2º - Em caso de substituição, o suplente fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal previsto no art. 1º, à proporção de 1/30

EXEQUENTE
Municipal
Catuji, 05
Assinatura do responsável

CNPJ: 26.218.636/0001-06

Página 1 de 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI

(um trinta avos) por dia trabalhado, relativamente ao período da substituição, a partir da data da posse e exercício do cargo.

Art. 3º - Os subsídios em face desta lei poderão ser atualizados anualmente, conforme dispõe a Súmula nº 73, do Tribunal de Contas de Minas Gerais, o que ocorrerá sempre no mês de janeiro, a partir de 2022, utilizando-se como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, acumulado no exercício anterior, ou outro índice oficial que vier substituí-lo, em caso de extinção do referido índice.

Art. 4º - Fica permitido aos agentes políticos, referidos nesta lei, o direito ao recebimento do 13º (décimo terceiro) subsídio, que será pago dentro do prazo estabelecido em lei, e desde que haja disponibilidade financeira.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais e financeiros a partir de 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Catuji – MG, 05 de Novembro de 2020 (quinta-feira).

Fúvio Luziano Serafim
Prefeito do Município

Publicação
Municipal
Catuji, 05
Assinatura do responsável
11-2020